

Banco CSF S.A.

Relatório Trimestral de Pilar III em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular nº. 3.678/13 do Banco Central do Brasil

Data base 31/03/2015

Aos Srs. Administradores do **Banco CSF S.A.**

Em atendimento a exigência de emissão trimestral de relatório conforme circular nº 3.678/13 do Banco Central do Brasil, apresentamos, a seguir, o relatório trimestral de Gerenciamento de Riscos Pilar III, com o parecer sobre o Gerenciamento de Riscos e Capital do Banco CSF S.A. Neste relatório apresentamos as ações relacionadas ao gerenciamento e manutenção do portfólio e mudanças estruturais ocorridas no período (data base 31/03/2015) de acordo com as diretrizes de Basiléia III. O Banco CSF S.A. será identificado neste relatório como “**Banco CSF S.A.**”.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETIVO
3. PERFIL CORPORATIVO
4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL
 - 5.1. RISCO DE LIQUIDEZ
 - 5.2. RISCO DE MERCADO
 - 5.3. RISCO DE CRÉDITO
 - 5.4. GESTÃO DE CAPITAL
 - 5.5. RISCO OPERACIONAL
6. METODOLOGIA PARA AVALIAR SUFICIÊNCIA DE CAPITAL
7. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)
8. RWA – ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO
9. ÍNDICES E LIMITES
10. RISCO DE CRÉDITO COM A CONTRAPARTE
11. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO
12. EXPECTATIVAS ECONÔMICAS
13. CONCLUSÃO
14. ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

O Banco CSF S.A. acredita que o gerenciamento de riscos e de Capital é fundamental para conduzir um crescimento sustentável e rentável, garantindo a estabilidade do sistema financeiro fomentando desenvolvimento socioeconômico do país.

Demonstrando aderência às recomendações internacionais de Basileia e o enquadramento às regulamentações locais divulgadas pelo regulador, o Banco Central do Brasil, a presente instituição faz uso do relatório que atende ao Pilar III de Basileia instituído no Brasil pela Circular n.º 3.678 de 31/10/2013 para divulgar informações referentes ao gerenciamento de riscos e Capital, bem como à aplicação da metodologia da apuração dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR). Este relatório é utilizado pela instituição como um veículo de divulgação aos acionistas, clientes e às partes interessadas sobre informações a respeito das práticas para o gerenciamento e a mitigação dos riscos, apresentado de forma objetiva e transparente.

2. OBJETIVO

Este relatório atende a circular n.º 3.678 de 31/10/2013 do Banco Central do Brasil, e tem o objetivo de divulgar informações relativas ao Gerenciamento de Riscos e Capital da instituição, bem como a metodologia para a apuração do Patrimônio de Referência, e metodologia de cálculo para exposição aos riscos RWA – Ativos Ponderados pelo Risco.

As informações contidas nesse relatório estão disponíveis no sitio da instituição: www.carrefoursolucoes.com, e serão atualizadas trimestralmente, nas datas base estabelecidas no normativo. Os relatórios ficarão à disposição do Banco Central do Brasil pelo período de 05 anos conforme disposto no normativo.

3. PERFIL CORPORATIVO

O Grupo Carrefour é pioneiro em varejo no Brasil. Inaugurou sua primeira loja no país em 1976 e desde então vem ganhando mercado de forma significativa. Em 1989, foi criado o cartão Carrefour com a proposta de oferecer opções de crédito e facilidade de pagamento. Hoje o grupo tem mais de 250 lojas e em torno de 65 mil colaboradores.

Em maio de 2007, a Administradora de Cartões de Crédito do Grupo Carrefour foi autorizada pelo Banco Central do Brasil a atuar como instituição financeira, nascendo o Banco CSF S.A. (Carrefour Soluções Financeiras), com característica de Banco Múltiplo sem Carteira Comercial.

Com um portfólio de produtos financeiros desenvolvidos para atender e fidelizar os mais diversos perfis de clientes está em constante busca pela excelência e satisfação do nosso público. A instituição firmou parcerias com seguradoras, oferecendo seguros que se adequam às necessidades de nossos clientes. Também dispõe de serviços financeiros como o saque, pagamento de contas e parcelamento de faturas. Com o propósito de ampliar a utilização dos produtos financeiros por nossos clientes, expandir o portfólio e diversificar o risco, implantamos os cartões bandeirados estabelecendo parcerias com líderes de mercado como Mastercard e Visa, ofertando ainda cartão Private Label.

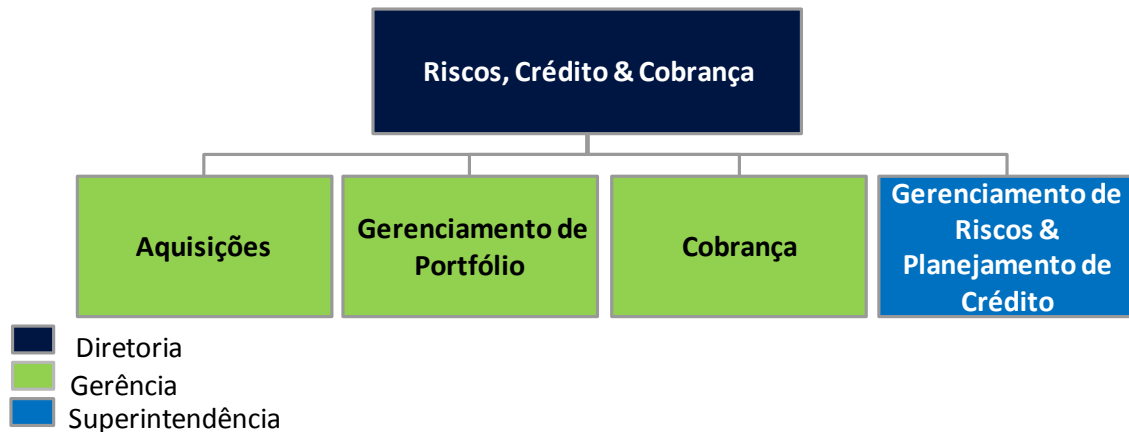
A instituição busca aumentar e fidelizar sua carteira de clientes, incentivando as vendas principalmente dentro das lojas do Grupo Carrefour, expandindo sua participação no mercado de cartão de crédito e proporcionando facilidades de pagamento, descontos e soluções em produtos e serviços financeiros. Para a instituição é imprescindível que suas estratégias estejam aderentes às boas práticas de mercado atendendo em todos os aspectos às normas instituídas.

4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O Banco CSF S.A. atua com uma estrutura segregada e independente das demais atividades do negócio para a atividade de gerenciamento de riscos e capital, buscando assegurar que os riscos incorridos sejam mitigados e administrados de acordo com os limites estabelecidos pela instituição.

Para essa atuação o banco demonstra plena aderência às boas práticas internacionais, atendendo todos os critérios estabelecidos por Basileia para a atividade de gerenciamento de riscos e capital.

A estrutura de Gestão de Riscos e Capital do Banco CSF S.A. é evidenciada no organograma abaixo:



Com o intuito de prezar pela governança corporativa no gerenciamento dos riscos e capital, e facilitar a comunicação para a alta administração, o Banco CSF S.A. utiliza o Comitê de Ativos e Passivos, o ALCO – sigla em inglês de “*Assets and Liabilities Committee*” – e o Comitê de Compliance e Risco Operacional como fóruns para definir o capital mínimo requerido pela instituição e limites operacionais para os riscos e capital. No ALCO os membros participantes são: Diretores Estatutários e membros de cargos gerenciais das seguintes áreas da instituição: Tesouraria, Contabilidade, Crédito, Planejamento Financeiro, Gestão de Riscos e Compliance.

No Comitê de Compliance e Risco Operacional participam: os Diretores Estatutários, Superintendentes, Auditoria Interna, a área de Risco Operacional e a área de Compliance. Neste Comitê são tomadas decisões relacionadas à cultura de governança corporativa e alinhadas às melhores práticas de prevenção aos riscos de acordo com as estratégias da instituição.

Todas as Políticas relacionadas a risco da instituição são aprovadas pelo Conselho de Administração que é constituído pelos membros nomeados do Grupo Carrefour e Itaú Unibanco, e se reúnem com uma periodicidade bimestral.

A instituição não constituiu o comitê de auditoria, pois não atende aos requisitos mencionados na no artigo 10 Resolução n.º 3.198 de 27 de maio de 2014.

5. GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

O gerenciamento dos riscos e do capital no Banco CSF S.A. é realizado pelas áreas de RLMC&Capital com objetivo de garantir a solvência da instituição através de sistemas, processos, análises e metodologias de mensuração dos riscos de Liquidez, Mercado, Crédito, Capital e Operacional.

Para a instituição, é de suma importância que o processo de gerenciamento de riscos e capital esteja em plena aderência às boas práticas internacionais e condizente com a estrutura da instituição. Esse processo consiste em: identificar, mensurar, mitigar, acompanhar e reportar os riscos. É realizado através de estratégias para definição de limites de exposição, identificação de oportunidades, apetite ao risco e acompanhamento constante das posições assumidas, através de políticas internas que são divulgadas a todas das áreas de negócio do banco e controles específicos para o negócio, alinhados, aprovados e acompanhados periodicamente pelo Conselho de Administração. As políticas da instituição são atualizadas no mínimo anualmente, ou quando se fizer necessário.

Asseguramos, assim, o gerenciamento dos riscos e a otimização do uso de recursos nas melhores oportunidades de negócios, maximizando a criação de valor para os acionistas, além de prover à alta administração uma visão global das exposições da Instituição, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

5.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade da instituição não conseguir honrar seus compromissos no curto e no longo prazo, pela incapacidade de negociar uma posição de ativos a preço de mercado, seja por se tratar de um volume elevado em relação ao volume normalmente transacionado, seja em razão de alguma descontinuidade do mercado, o que ocasionaria perdas significativas à instituição.

A instituição mantém na estrutura de gerenciamento de riscos e capital o controle absoluto do risco de liquidez ao qual está exposta. Através de uma gestão estruturada e que age com antecedência aos movimentos de mercado, adota medidas preventivas garantindo a manutenção de nível de liquidez suficiente para cobrir-se inclusive em cenários adversos.

No que tange à avaliação do risco de liquidez, a instituição demonstra aderência às normas divulgadas pelo Banco Central realizando o gerenciamento do fluxo de caixa diário através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas e despesas, e variáveis econômicas que possibilitam uma visão estratégica do comportamento dos ativos que impactam a liquidez do banco. Esses modelos são baseados em métodos estatísticos que atendem às necessidades do nosso negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõe o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando as premissas de maior impacto, como: aumento na inadimplência (redução de recebimentos), aumento no custo de funding, e momentos de escassez de liquidez no mercado. Através destes cenários são identificados os riscos incorridos e definidas quais as linhas de contingência e estratégias serão acionadas. Essa decisão é definida no (ALCO), aprovada pelos membros e registrada em ata.

O Banco CSF S.A. é detentor de uma carteira de ativos composta por títulos públicos de alta qualidade e liquidez com a qual realiza a manutenção do fluxo de caixa diário, através de operações compromissadas, e dispõe de planos de contingência, que são registrados em política interna e submetidos à aprovação do Conselho de Administração. Preventivamente, a instituição mantém uma reserva diária de títulos públicos disponíveis como colchão de liquidez para possíveis obrigações inesperadas.

O report de liquidez se dá através do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) em cumprimento às exigências da Resolução n.º 4.090 de 24 de maio de 2012 do CMN e da Circular n.º 3.393 de 03 de junho de 2008 do Banco Central do Brasil.

5.2. Risco de Mercado

Risco de mercado define-se como a possibilidade dos preços dos ativos, passivos ou receitas variarem desfavoravelmente em decorrência de movimentos do mercado. Isso inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, as taxas de juros, aos preços de ações e nos preços de mercadorias (commodities).

Atualmente o Banco CSF S.A atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o banco mantenha baixos seus níveis de exposição com relação a risco de mercado. Para operar no mercado, a instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são negociadas exclusivamente na carteira banking.

O risco ao qual a instituição está exposta está basicamente ligado à negociação de instrumentos financeiros das atividades de banco de varejo, que envolvem risco de taxa de juros e investimentos em ativos que estão em outras moedas que não o Real, os quais envolvem taxa de câmbio. O monitoramento e acompanhamento da exposição são feitos através do VaR, cujo cálculo se dá através de forma sistêmica.

A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 95% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*) com a utilização de λ de 0,94.

Além do VaR, são estudados cenários de estresse elaborados considerando-se situações hipotéticas para as taxas de mercado, com análise de possíveis impactos nas posições ativa e passiva mantidas pela instituição.

O Banco CSF S.A. reporta mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM) através do Sistema de Transmissão de Arquivos (STA).

5.3. Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. A estrutura de gerenciamento de crédito está baseada na Resolução n.º 3.721 de abril de 2009 do Conselho Monetário Nacional.

Atualmente o Banco CSF S.A. atua no varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através do cartão Carrefour Private Label, Bandeira Visa ou Mastercard. Os principais riscos incorridos pela instituição estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, da classificação e *performance* de seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes lançadas à perda. A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes, e análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para uma melhor adequação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas, modelos e indicadores que são aprovados através de políticas internas da instituição.

A gestão do portfólio é realizada através de indicadores e sistemas que permite aumentos e reduções de limites de crédito de forma massificada e automática. Também são realizadas ações sobre parte da carteira de crédito que apresenta certo grau ou tendência à inadimplência. A equipe de Cobrança participa de maneira estratégica e realiza ações voltadas à recuperação de operações em atraso.

De modo geral, são cumpridos todos os requisitos necessários para mitigar os riscos de inadimplência.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à Alta Administração. Bimestralmente, no ALCO, são apresentados indicadores como o saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), indicadores de *performance* de carteira e o cálculo da parcela de exposições sujeitas ao risco de crédito.

5.4. Gestão de Capital

Define-se como gestão de capital o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Conselho Monetário Nacional determinou através da Resolução n.º 3.988 de 30 de Junho de 2011 a implementação de uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das operações da instituição e com a complexidade de seus produtos e serviços oferecidos, e dimensão de sua exposição a riscos.

A responsabilidade por garantir a implementação, o acompanhamento, o monitoramento e a elaboração de políticas é da Diretoria de Riscos, Crédito e Cobrança.

Para assegurar a efetiva gestão do capital da instituição, a estrutura está composta pelos seguintes elementos:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, e avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas) realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio.
- Comitê de Ativos e Passivos como órgão decisório;
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria e Conselho de Administração).

A instituição possui um plano de capital consistente cujo horizonte de tempo é de 3 anos. Esse plano prevê as metas e projeções de capital, considera o planejamento estratégico da instituição, as principais fontes de capital e um plano de Contingência de Capital para suprir uma possível necessidade de capital, considerando inclusive cenários de estresses.

A divulgação de informações referente à Gestão de Capital fica à cargo da área de Gestão de Riscos, que reporta ao Comitê de Ativos e Passivos as informações do capital da Instituição bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima bimestral.

5.5. Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas efetivas ou estimadas, em função de ineficiência ou ausência de processos e/ou controles internos inadequados, falhas humanas, sistêmicas, ou ainda de perdas decorrentes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas). Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

No Banco CSF S.A, a área de Risco Operacional é responsável por implementar as políticas, procedimentos, e processos relacionados ao Gerenciamento de Riscos Operacionais, incluindo a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional. A área de Risco Operacional encontra-se na estrutura da Diretoria de Riscos, Crédito e Cobrança.

O Comitê de Compliance e Risco Operacional foi constituído para, em conjunto com o Conselho de Administração, fortalecer a estrutura de governança interna no processo de Gerenciamento do Risco Operacional da instituição, sendo responsável por auxiliar na fiscalização, nas definições e na comunicação dos resultados dos processos de riscos para a Alta Administração e órgãos reguladores.

Em linha com a Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN a estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional possui políticas e relatórios aprovados/revisados anualmente pela Diretoria de Riscos, Crédito e Cobrança e pelo Conselho de Administração.

A política de Risco Operacional tem por objetivo estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos operacionais da instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar,

avaliar, controlar, monitorar, e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central).

A estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional realiza a captura das informações da Base de Perdas através do monitoramento das contas contábeis de despesas. As perdas operacionais avaliadas são classificadas nos seguintes eventos:

- Fraude Interna;
- Fraude Externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas junto aos clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Danos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição.
- Falhas sistêmicas de Tecnologia da Informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

Adicionalmente, há um procedimento estabelecido para a captura e monitoramento dos eventos de risco operacional ocorridos em cada unidade de negócio do Banco CSF S.A. O reporte de eventos internos é realizado através do *"Formulário de Reporte de Eventos de Risco"*. Os eventos reportados seguem os critérios de registro e classificação da Base de Perdas Operacionais, conforme mencionado no parágrafo acima.

Entre as metodologias e ferramentas utilizadas para garantir o Gerenciamento do Risco Operacional, destacamos o mapeamento realizado pela área de Risco Operacional, que permite a identificação dos riscos e controles atrelados aos processos da organização.

Como ferramenta adicional para o processo de identificação e avaliação dos riscos e controles, temos o *"Risk & Control self Assessment"* (RCSA), que é aplicado periodicamente como parte fundamental da prática de Gerenciamento de Risco Operacional.

Neste processo são definidos *"Indicadores de Risco Relevante"* ou *"Key Risk Indicators (KRI's)"* como indicador preventivo de ocorrência de riscos (definidos mandatoriamente para os riscos altos). Os *"KRI's"* são utilizados para avaliar o perfil de risco de cada unidade de negócio e monitorar os níveis de exposição, com base nos limites estabelecidos. Em caso de extrapolação dos limites são avaliadas/executadas ações corretivas ou mitigatórias.

O armazenamento das informações sobre Gerenciamento de Risco Operacional é efetuado de forma centralizada em um único sistema.

A disseminação da cultura de Gerenciamento de Risco Operacional é efetuada através de treinamentos periódicos bem como através de nomeação e formação dos Agentes de Compliance e Risco Operacional em cada área de negócio do Banco CSF S.A. Essas nomeações são importantes para ressaltar a relevância do papel de cada um no processo de Gerenciamento de Risco, garantir a transparência e o entendimento do tema na estrutura do Banco.

Em atendimento ao disposto pela Circular n.º 3.640/2013 do Banco Central do Brasil o Conselho de Administração do Banco CSF S.A. optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do Capital Regulatório para Risco Operacional.

6. METODOLOGIA PARA AVALIAR A SUFICIÊNCIA DO CAPITAL

Em constante busca para garantir sua solvência e crescimento sustentável o Banco CSF S.A. adequou-se às novas normas de Basileia III. A suficiência do Capital, do Nível I e do Patrimônio de Referência para suportar os riscos aos qual a instituição está exposta é apurada através do RWA (Ativos Ponderados pelos Riscos) frente ao total do Capital da instituição. Mensalmente a área de Riscos de Liquidez, Mercado, Crédito e Capital faz e análise deste número, utilizando os fatores de ponderação determinados pelo normativo (Circular 3.644 / Resolução 4.192 e 4.193) e apresenta para o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), para discussão, e se necessário, tomadas de ações com o intuito de mitigar a insuficiência de capital. Em conjunto à análise de suficiência, a instituição projeta a evolução de capital para um horizonte de 03 anos, considerando suas principais fontes de receitas com base em um planejamento estratégico que é apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração. Periodicamente também são projetados cenários adversos considerando ainda as premissas pré-estabelecidas, fazendo assim uma gestão eficiente e proativa do capital.

7. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência é apurado de acordo com as definições implícitas na Resolução n.º 4.192, onde:

$$PR = \text{Nível I} + \text{Nível II, onde:}$$
$$\text{Nível I} = \text{Capital Principal} + \text{Capital Complementar}$$

De acordo com a estrutura do Banco CSF S.A. o Nível I é composto pela sensibilização das contas contábeis que abrangem:

$$\text{Nível I} = \text{Patrimônio Líquido} + \text{saldo das contas credoras} + (\text{saldo das contas devedoras}) + \text{ajuste de marcação ao mercado.}$$

Para o nível II temos,

$$\text{Nível II} = \text{Não se aplica}$$
$$\text{Capital Complementar} = \text{Não se aplica}$$

São considerados ainda para a apuração do Patrimônio de Referência deduções legais dos ajustes prudenciais relacionados a créditos tributários e intangíveis de acordo com os percentuais definidos em regulamentação específica. (vide anexo 1 ao final do relatório)

8. RWA – ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO

Em outubro de 2013, Basileia III instaurou através da Resolução n.º 4.193 a metodologia de apuração de riscos RWA - *Risk Weighted Assets*. O Banco CSF S.A. demonstra plena aderência, e faz uso desse modelo para adequar-se às boas práticas internacionais. O cálculo do RWA é realizado com periodicidade mensal pela área de gerenciamento de riscos e capital, com o intuito de analisar se o grau de exposição e o índice de Basileia estão em níveis considerados satisfatórios. Esse número é apresentado no ALCO, oportunidade em que são discutidas ações e estratégias caso haja a necessidade.

O total do RWA se dá pela equação:

$$RWA = \underbrace{RWACPAD}_{\text{Risco de Crédito}} + \underbrace{RWAOPAD}_{\text{Risco Operacional}} + \underbrace{RWAMPAD}_{\text{Risco de Mercado}}$$

9. ÍNDICES E LIMITES

Através do quadro abaixo constatamos a estrutura adequada ao Banco CSF S.A. para apurar o Índice de Basileia, bem como as parcelas de exposição para o risco de Crédito, divulgados de acordo com o fator de ponderação, riscos de Mercado e Operacional divulgados em sua totalidade.

Índice Basileia III			
FPR - Fator de Ponderação	mar/15	dez/14	mar/14
20%	676	437	409
75%	2.884.156	2.773.735	2.319.078
100%	337.738	448.884	693.899
250%	160.714	119.572	226.543
RWA_{CPAD} - Risco de Crédito	3.383.285	3.342.628	3.239.928
RWA_{MPAD} - Risco de Mercado	9.332	5.226	5.605
RWA_{OPAD} - Risco Operacional	195.413	143.098	132.590
Total	3.588.029	3.490.952	3.378.123
Nível I	1.228.910	1.114.297	907.232
Capital Principal	1.228.910	1.114.297	907.232
Capital Complementar	-	-	-
Nível II	-	-	-
Ajuste Prudencial	(8.460)	(3.486)	(16.509)
Total	1.220.450	1.110.811	890.723
<u>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</u>	<u>394.683</u>	<u>384.005</u>	<u>371.594</u>
<u>Excesso de Capital em relação ao PR Mínimo Requerido</u>	<u>422.653</u>	<u>433.332</u>	<u>235.322</u>
Índice de Basileia	34,0%	31,8%	26,4%

Em comparação ao primeiro trimestre de 2014, o índice de Basileia de mar/2015 teve um incremento de 7,6 pontos percentuais. Esse aumento se dá em decorrência principalmente do resultado apurado para o período, e a adesão ao programa REFIS no ano de 2014.

Com relação às parcelas de riscos, há uma concentração de 95% em risco de crédito, que é foco principal do Banco CSF S.A. Entre Dez/2015 e Mar/2014 tivemos um aumento de 1,2% na parcela de Risco de crédito, em função especificamente ao aumento da carteira de crédito e a variação de demais ativos. O Capital Principal apurado em mar/2015 apresentou variação positiva de 10,3% com relação à dez/2014.

Conforme definido em política interna, o índice mínimo de Basileia utilizado pelo Banco CSF S.A. não pode ser inferior a 150% do índice Basileia mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (11,0%), ou seja, não poderá ser inferior a 16%. Em mar/2015, o índice foi de 34,0%, apresentando um resultado satisfatório para a instituição.

10. RISCO DE CRÉDITO COM A CONTRAPARTE

Risco de contraparte é a possibilidade de uma das partes não honrar com os compromissos assumidos. No Banco CSF S/A, o apetite ao risco estabelecido pela Alta Administração, e a política conservadora para operações financeiras permitem que a instituição mantenha seu Risco de Crédito com a Contraparte relativamente baixo,. E para mitigar ainda mais esse risco, foram estabelecidas algumas premissas para definir quais as instituições elegíveis a operar com o Banco CSF S.A.. Dentre elas, podemos citar: instituições com alto nível de qualidade de crédito e valor mínimo de Patrimônio de Referência e possuir rating conceituado pelas principais agências de risco. As instituições que se enquadram nos critérios estabelecidos, passam por avaliação e aprovação do ALCO.

Esporadicamente, a instituição realiza aplicações com vencimentos curtos com o propósito de ajuste de caixa diário. Tais aplicações expõem a instituição à possibilidade de perdas e ao não cumprimento de obrigações financeiras pela contraparte. No entanto, essas aplicações em sua grande maioria são lastreadas com títulos públicos da contraparte, mitigando assim o grau de exposição da instituição.

Posição da carteira de títulos públicos – data base 31/03/2015:

Posição Carteira Banking			
Classificação	Vencimento carteira	Quant. Títulos	Saldo de Operações
LFT - Disponível	01/03/2019	4.800	R\$ 32.169.974
LFT - Disponível	01/09/2020	9.984	R\$ 66.824.895
LFT - Financiada	01/09/2020	13.016	R\$ 87.118.673
Carteira Total		27.800	R\$ 186.113.542

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO

A carteira de crédito do Banco CSF S.A. é composta integralmente por pessoas físicas adquirentes do Cartão Carrefour, e divide-se, basicamente, em empréstimos e financiamentos. A exposição é concentrada apenas no Brasil, já que os clientes poderão ser apenas os brasileiros natos ou estrangeiros com visto definitivo de permanência no país.

Comparando o saldo da carteira de mar/2014 à mar/2015 constatamos um crescimento de 24,2% na relação ano contra ano.

	mar/14	dez/14	jan/15	fev/15	mar/15
Carteira de Crédito	3.406.877	4.160.298	4.180.582	4.139.148	4.230.568

A exposição ao risco de crédito está relacionada ao segmento econômico varejo do Banco CSF S.A. O quadro abaixo traz o total de exposições relativas ao 1º trimestre de 2015 por região geográfica, bem como a média para o período.

EXPOSIÇÃO MÉDIA E TOTAL POR REGIÃO GEOGRÁFICA

Segmento: Varejo FPR - 75%	jan/15		fev/15		mar/15		dez/14		Mar/ Dez
Região	Saldo Carteira	Saldo ponderado	Saldo Carteira	Saldo ponderado	Saldo Carteira	Saldo ponderado	Saldo Carteira	Saldo ponderado	%
Sudeste	2.858.731	2.144.048	2.830.280	2.122.710	2.895.146	2.171.360	2.850.126	2.137.594	1,6%
Sul	377.739	283.304	377.083	282.813	386.902	290.176	375.021	281.266	3,2%
Nordeste	448.345	336.258	441.140	330.855	450.144	337.608	442.701	332.026	1,7%
Centro-Oeste	363.891	272.918	359.595	269.696	366.275	274.706	361.946	271.460	1,2%
Norte	131.877	98.908	131.049	98.286	132.101	99.076	130.504	97.878	1,2%
Total	4.180.582	3.135.436	4.139.148	3.104.361	4.230.568	3.172.926	4.160.298	3.120.224	1,7%
Média saldo trimestral	4.183.433								
Média saldo trimestral ponderado	3.137.574								

Valores em R\$ milhares

A carteira de crédito apresentou um crescimento de 1,7% comparado com o último trimestre de 2014, com uma observação para a região Sul que cresceu 3,2%.

Geograficamente, há uma concentração de crédito na região sudeste do Brasil. No entanto, a instituição busca oferecer produtos e serviços financeiros para os mais diversos perfis de clientes, e em decorrência dessa diversificação do portfólio, o risco é mitigado.

De todo o modo, a instituição está constantemente investindo no desenvolvimento de modelos que sejam capazes de identificar concentrações, e grupos voláteis relacionados a regiões, geográficas aos perfis de utilização de crédito. Através desses modelos é possível desenvolver no curto e longo prazo estratégias e ações capazes de mitigar o risco de concentração.

Analisando a carteira de crédito por faixa de risco de inadimplência na tabela abaixo, constatamos que no primeiro trimestre de 2015 o percentual de clientes adimplentes foi de 77,9%, apresentando um decréscimo de 3,5 p.p com relação ao último trimestre de 2014, onde o percentual representava 81,4%.

O percentual de inadimplência medida pelo saldo observada em 31/03/2015 foi de 22,1% ante 18,6% no último trimestre.

Comparando apenas a linha de inadimplentes, tivemos um aumento de 20,9% com relação ao saldo entre os trimestres analisados. Essa variação já era esperada em decorrência da sazonalidade do período observado, onde as vendas do último trimestre estão mais aquecidas e o mercado mais líquido, e o primeiro trimestre ter como característica um aumento da inadimplência.

CARTEIRA POR FAIXA DE RISCO DE INADIMPLÊNCIA

Classificação	Risco	Saldo da carteira				% Com relação ao total da carteira				Variação
		jan/15	fev/15	mar/15	dez/14	jan/15	fev/15	mar/15	dez/14	
Adimplentes (Atraso < 6 dias)	Baixíssimo	1.022.318	1.026.031	1.031.965	995.411	24,5%	24,8%	24,4%	23,9%	3,7%
	Baixo	756.869	708.725	703.927	774.050	18,1%	17,1%	16,6%	18,6%	-9,1%
	Médio	978.083	957.812	966.674	995.736	23,4%	23,1%	22,8%	23,9%	-2,9%
	Alto	103.041	106.560	112.515	112.240	2,5%	2,6%	2,7%	2,7%	0,2%
	Altíssimo	72.440	76.105	86.101	84.461	1,7%	1,8%	2,0%	2,0%	1,9%
	Inelegível	414.053	396.696	395.686	425.968	9,9%	9,6%	9,4%	10,2%	-7,1%
Inadimplente	Todos	833.778	867.219	933.701	772.432	19,9%	21,0%	22,1%	18,6%	20,9%
Carteira Total		4.180.582	4.139.148	4.230.568	4.160.298	100%	100%	100%	100%	

Valores em R\$ milhares

O volume das 10 e 100 maiores exposições para o primeiro trimestre de 2015 permanece em patamares considerados satisfatórios para a instituição, uma vez que o percentual de representatividade deste público com relação ao saldo da carteira total não apresentou crescimento em comparação ao trimestre anterior.

Na tabela abaixo, demonstramos os saldos, bem como os percentuais de participação com relação ao saldo da carteira referente ao último trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2015.

% DAS DEZ E DAS CEM MAIORES EXPOSIÇÕES EM RELAÇÃO A CARTEIRA DE CRÉDITO

	mar/15	%	dez/14	%
10 maiores exposições	485.633	0,01%	465.398	0,01%
100 maiores exposições	3.696.312	0,09%	3.559.220	0,09%
Total da Carteira com Característica de Crédito	4.230.567.352	100%	4.160.298.183	100%

Valores em R\$ milhares

O saldo das operações com vencimentos até 06 meses representam 83% do saldo da carteira, e no primeiro trimestre apresentou um aumento de 2,9% com relação ao trimestre anterior em decorrência do aumento da carteira e das vendas na modalidade Rotativo. Os saldos acima de 06 meses até 1 ano e de 1 a 5 anos apresentaram redução de 2,8% e 9,9% respectivamente com relação ao trimestre anterior sinalizando uma leve redução no prazo médio das vendas parceladas.

Na tabela abaixo, demonstramos os saldos por prazos de vencimento, bem como a variação trimestral.

PRAZO A DECORRER DAS OPERAÇÕES

Prazos	jan/15	fev/15	mar/15	dez/14	Variação %
Até 06 meses	3.435.270	3.430.916	3.514.826	3.417.252	2,9%
Acima de 6 meses até 1 ano	665.312	633.966	635.764	654.250	-2,8%
Acima de 1 ano até 5 anos	80.000	74.266	79.977	88.796	-9,9%
Acima de 5 anos		-	-	-	-

Valores em R\$ milhares

A soma do total das operações em atraso nas faixas demonstradas no quadro abaixo representam 18,7% do total da carteira de crédito data base 31/03/2015, apresentando um crescimento de 19% com relação ao saldo apurado no trimestre anterior.

SALDO DAS OPERAÇÕES EM ATRASO

Data base 31/03/2015

Faixa de Atraso	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Total	dez/14	Variação
Entre 15 e 60 dias	168.953	23.995	26.439	19.823	7.221	246.432	167.355	47%
Entre 61 e 90 dias	65.074	8.684	8.845	6.044	2.433	91.080	64.936	40%
Entre 91 e 180 dias	120.623	15.961	17.920	13.084	4.853	172.441	165.783	4%
Entre 181 e 360 dias	194.732	25.652	32.267	19.460	8.317	280.426	264.858	6%
Acima de 360 dias	1.540	232	378	107	133	2.390	2.078	15%
Total	550.923	74.524	85.848	58.517	22.957	792.769	665.010	19,2%

Valores em R\$ milhares

O saldo das operações baixadas para prejuízo no primeiro trimestre de 2015 representam 0,87% comparado com o total da carteira de 31/03/2015. Constatamos um aumento de 18,3% no saldo das operações baixadas com relação ao último trimestre de 2014.

OPERAÇÕES BAIXADAS PARA PREJUÍZO

Sector econômico: Serviços Segmento: Varejo	jan/15	fev/15	mar/15	dez/14	Variação %
Saldo operações baixadas	39.560	41.176	36.780	31.098	18,3%

Valores em R\$ milhares

O montante de provisões para perdas no primeiro trimestre do ano de 2015 está detalhado no quadro abaixo:

PROVISÕES PARA PERDAS DA CARTEIRA DE CREDITO

Setor econômico: Serviços Segmento: Varejo	jan/15	fev/15	mar/15	dez/14	mar/14
Saldo Provisão de Perdas	469.010	474.191	485.471	461.985	391.835
Variação	Dez x Jan	Jan x Fev	Fev x Mar	Mar x Dez	Mar/15 x Mar/14
	7.025	5.181	11.280	23.486	93.636
Total Variação Trimestre	23.486				

Valores em R\$ milhares

O saldo de provisão de perdas em mar/2015 cresceu 23,9% com relação à mar/2014. Comparando mar/2015 à dez/2014 constatamos um aumento de 5,1%. O crescimento com relação ao último trimestre de 2014 está relacionado à sazonalidade do período em decorrência do aumento das vendas.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) considera no reporte mensal ao Banco Central do Brasil os critérios definidos na Resolução CMN n.º 2.682/99. Por outro lado, o Banco CSF S.A também elabora a PCLD, que considera o histórico de perdas e se assemelha às regras estabelecidas pelo padrão internacional IFRS. Quando esta última é maior do que a PCLD base 2.682, o valor adicional entre os dois critérios também é reportado e alocado de acordo com a faixa de vencimento ajustado.

12. EXPECTATIVAS ECONÔMICAS

A economia brasileira, durante os três primeiros meses do ano, obteve fraco desempenho. As expectativas até o final de 2015 não são animadoras.

Os analistas de mercado preveem uma retração do PIB 2015 próximo de 1,01%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do mês de Março subiu 1,32% ante 0,92% em Março de 2014. O acumulado no ano (incluindo Março) fechou em 3,8% e ficou acima dos 2,2% de igual período de 2014. Considerando os últimos doze meses o índice foi para 8,13% - constituindo-se no maior índice acumulado em 12 meses desde Dezembro de 2003. As estimativas são de que a inflação feche o ano bem acima do teto da meta, em 8,20%.

O ano de 2015 iniciou com taxa básica de juros de 11,75%, no entanto o Comitê de Política Monetária (COPOM) no combate à inflação levou a taxa a 12,75% no fechamento do primeiro trimestre. A previsão do mercado é a elevação da taxa de juros, atingindo 13,75% no final do período.

O indicador de vendas no varejo, que influencia diretamente as atividades do Banco CSF, registrou uma variação negativa de 0,9% em Março, acumulando - 0,8% de variação em 2015. A previsão é que o crescimento deste setor em 2015 deverá ser menor ao observado em 2014, em torno de 3%.

A taxa de desemprego no Brasil atingiu 7,9% no primeiro trimestre do ano, segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) elaborada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), enquanto o quarto trimestre de 2014 fechou em 6,5%.

No cenário global, a economia tem dado sinais mistos de recuperação. Na China a perspectiva é de abrandamento no crescimento, com resultados inferiores aos anos últimos anos. Na zona do Euro e Japão as perspectivas de crescimento são muito baixas. Já nos EUA dados gerais demonstram a reação, com crescimento chegando a 3%. As projeções para o câmbio apontam que o dólar deverá atingir o valor de R\$ 3,25.

O Banco CSF S.A tem mostrado plena sintonia com o desenvolvimento econômico do Brasil e continuará envidando elevados esforços para o aproveitamento das melhores oportunidades de negócios, com observância de seu posicionamento estratégico.

Anexo I

Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR		31/03/2015		
		Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
Capital Principal: instrumentos e reservas				
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	560.000	-	-
2	Reservas de lucros	554.303	-	-
3	Outras receitas e outras reservas	114.607	-	-
4	Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal ¹	-	-	-
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	1.228.910	-	-
Capital Principal: ajustes prudenciais				
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-	-	-
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	-	-
9	Ativos intangíveis	-	-	-
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998 ²	-	-	-
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-	-	-
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-	-
13	Ganhos resultantes de operações de securitização			
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	-	-
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	-
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	-
19	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	-
20	<i>Mortgage servicing rights</i>			
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	-
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	-	-
23	do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de	-	-	-
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	-	-
26	Ajustes regulatórios nacionais	8.460	-	-
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	-	-
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	-	-
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-	-	-
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	-	-
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-	-
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	-	-
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	8.460	-	-
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	-	-
26.i	Destaque do PR	-	-	-
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	-	-
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	-	-
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	8.460	-	-
29	Capital Principal	1.220.450	-	-

	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
Capital Complementar: instrumentos			
30 Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-	-	-
31 dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	-	-
32 dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	-	-
33 Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
34 Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar ³	-	-	-
35 dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
36 Capital Complementar antes das deduções regulatórias	-	-	-
Capital Complementar: deduções regulatórias			
37 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	-
38 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar	-	-	-
39 Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-	-	-
40 Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-	-	-
41 Ajustes regulatórios nacionais	-	-	-
41.a Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, considerando o montante inferior a 10% do valor do Capital Complementar	-	-	-
41.b Participação de não controladores no Capital Complementar	-	-	-
41.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	-	-
42 Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	-	-
43 Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	-	-
44 Capital Complementar	-	-	-
45 Nível I	1.220.450	-	-
Nível II: instrumentos			
46 Instrumentos elegíveis ao Nível II	-	-	-
47 Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 ⁴	-	-	-
48 Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II ³	-	-	-
49 dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
50 Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	-	-
51 Nível II antes das deduções regulatórias	-	-	-
Nível II: deduções regulatórias			
52 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	-
53 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II	-	-	-
54 Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital de Nível II	-	-	-
55 Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	-
56 Ajustes regulatórios nacionais	-	-	-
56.a Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012	-	-	-
56.b Participação de não controladores no Nível II	-	-	-
56.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	-	-
57 Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	-	-
58 Nível II	-	-	-
59 Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	1.220.450	-	-
60 Total de ativos ponderados pelo risco	3.588.029	-	-
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal			
61 Índice de Capital Principal (ICP)	34,0%	%	
62 Índice de Nível I (IN1)	34,0%		
63 Índice de Basileia (IB)	34,0%		
64 Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	5,5%		
65 do qual: adicional para conservação de capital	0,6%		
66 do qual: adicional contracíclico	-		
67 do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)	-		
68 Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	-		
Mínimos Nacionais			
69 Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III	-		
70 Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	-		
71 Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	-		
Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)			
72 Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas semelhantes a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	-
73 Participações superiores a 10% do capital social de empresas semelhantes a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	-
74 <i>Mortgage servicing rights</i>	-	-	-
75 Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal ²	160.714	-	-

	Valor (R\$mil)		
Limites à inclusão de provisões no Nível II			
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-	
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-	
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)			
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite		
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	-
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 ⁴	-	-
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite ⁴	-	-

Não há registros para o anexo II.